



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Grupo Parlamentar

Requerimento

Audição do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas sobre a rede de cursos EPE

Foi esta semana publicado o Despacho Conjunto nº 10035/2014 dos Gabinetes dos Secretários de Estado das Comunidades Portuguesas e do Ensino e da Administração Escolar, que aprovou a rede de cursos de ensino do português no estrangeiro (EPE) para o ano letivo 2014/2015 e 2015.

Mais uma vez, como tem vindo a ser hábito, haverá no próximo ano letivo uma redução de 27 horários, isto é, o EPE contará com menos 27 professores. Até nos casos aparentemente positivos, como em França, com mais horários completos, haverá, no global, menos professores. É o próprio Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas que reconhece que “não conseguimos cobrir algumas zonas mais isoladas”, o que certamente seria mais fácil de fazer com mais professores.

Também não são claras as palavras do Secretário de Estado quando afirma que “são muito menos os filhos dos novos emigrantes que necessitam deste sistema”. Porque precisarão menos da aprendizagem da língua as crianças recém-chegadas a um país estrangeiro e que necessitam de integração numa escola e numa língua que maioritariamente não conhecem? Não serão as aulas de português um enorme apoio para as crianças recém-chegadas, uma ligação ao país que deixaram, sendo o professor o único indivíduo que pode fazer uma ponte entre as duas línguas e culturas, a de origem e a nova, e assim ajudar à integração? Infelizmente o Secretário de Estado não esclarece que informações possui para sustentar esta afirmação, restando como justificação uma perspetiva economicista, de curto prazo e pouco estratégica.

Nos dois últimos anos a redução de professores foi de 57 e no decorrer da responsabilidade deste Governo apenas se registaram reduções no número de professores. A rede EPE oficial e não oficial reduziu de 912 horários em 2012/13, para 793 em 2013/14, segundo os dados do relatório sobre a emigração.

O Grupo Parlamentar do PCP tem manifestado muitas divergências com a política deste Governo para o EPE, não só pela redução indiscriminada da rede e do número de professores, como pela cobrança de propina, como ainda pelo ensino da nossa língua materna a portugueses e lusodescendente como língua estrangeira. Há muito que o PCP acusa o governo de destruir o EPE. O Sindicato dos Professores nas Comunidades Lusíadas vai agora mais longe e fazendo contas, afirma que a manter-se este ritmo de redução, dentro de oito anos o EPE estará extinto.

Se todas as reduções no número de horários são contestáveis, mais ainda o serão numa altura em que o país se debate com uma das maiores vagas de emigração da sua história. É o próprio Governo, através do relatório sobre emigração que elaborou em cumprimento de uma resolução proposta pelo PCP, que reconhece que “de 2010 para 2012 o número de saídas mais que duplicou, passando de 23 760 para 51 958.” Em 2013 as saídas permanentes passaram para 53 786. De 2010 para 2013 a emigração permanente de portugueses aumentou 226%. A emigração temporária teve um aumento, de 2011 para 2013, de 76% (passando de 56 980 para 74 322).

Em 2013, com mais emigrantes, “o valor das remessas (...) recebidas em Portugal foi ligeiramente superior a três mil milhões de euros (€3,015,777,000), representando cerca de 1.8% do PIB naquele ano.” Desde 2009 que as remessas recebidas em Portugal aumentam. Desde esse ano até 2013 esse aumento foi de 76%.

Para além disto estima-se que o Estado português tenha recebido em propinas para o próximo ano letivo, dos alunos dos países em que a conseguiu aplicar, cerca de 2 milhões de euros.

Em 2001, o então deputado José Cesário, atual Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, defendia o alargamento significativo da rede de ensino e em 2005 considerava a colocação de 400 professores era manifestamente insuficiente. Em 2013 o EPE teve apenas 352 professores, segundo o relatório da emigração.

Assim, ao abrigo das disposições legais e regimentais em vigor, o Grupo Parlamentar do PCP requiere a audição em Comissão de Negócios Estrangeiros do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas para prestar esclarecimentos sobre a redução da rede de cursos EPE, particularmente, num contexto de aumento da emigração.

Palácio de S. Bento, 8 de agosto de 2014

Os deputados

João Ramos

Carla Cruz